

# Perpetuações familiares no Seridó potiguar oitocentista: uma sondagem genealógica do “Velho Dedé”

Family Reproduction in Nineteenth-Century Seridó (Rio Grande do Norte): A Genealogical Survey of “Velho Dedé”

**Francisco Alves da Fonseca Neto**

Mestre em História

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

frndafonseca@gmail.com

**Recebido:** 27/11/2025

**Aprovado:** 24/03/2026

**Resumo:** O presente artigo compõe um estudo de caso sobre os laços parentais de José Alves da Fonseca “Dedé” (c.1827-depois 1908), enquanto personagem chave para mensurarmos as relações nome-poder transgeracionais que atravessavam as flutuações políticas e o jogo de narrativas no seio do coronelismo. Em meio à efervescência da segunda metade do século XIX, componente relevante se mostrava o enraizamento local de sujeitos na malha social, no que diz respeito à manutenção de autoridade e monopólio dos espaços funcionais de seu cotidiano. Evidenciamos em nosso estudo as raízes genealógicas por trás deste conjunto de práticas, a partir de um esforço de identificação da filiação e ascendência do indivíduo em questão, aqui propostas como ligadas a uma parentela de sólida presença no Seridó desde a segunda metade do século XVIII.

**Palavras-chave:** Coronelismo; Genealogia; Poder local.

**Abstract:** This article presents a case study of the family ties of José Alves da Fonseca, known as “Dedé” (c.1827-after 1908), as a key figure for assessing the transgenerational name-power relations that permeated political fluctuations and narrative disputes within the sphere of coronelism. Amid the turbulence of the second half of the nineteenth century, an important factor was the local rootedness of individuals within the social fabric, particularly regarding the preservation of authority and the monopolization of functional spaces in their daily lives. This study highlights the genealogical foundations underlying this set of practices, through an effort to identify the parentage and ancestry of the individual in question, here proposed as connected to a lineage group with a longstanding presence in the Seridó since the second half of the eighteenth century.

**Keywords:** Coronelism; Genealogy; Local power.

## Introdução

A Vila de Santa Cruz, no Seridó, fez parte nos anos seguintes à Proclamação da República de embates nos jornais envolvendo acusações de práticas coronelistas (FONSECA NETO, 2024). Foram

evidenciadas, em meio às flutuações políticas, movimentações dentre alianças e cisões de sujeitos engendrados nas redes de poder local. Um dos casos evidenciados foi o de José Alves da Fonseca, tabelião público e escrivão da vila no correr destes eventos, comumente referido como Dedé. O presente artigo se dedica a investigar seu componente parental, ainda não identificado com precisão, apenas tendo sido indicadas possibilidades de filiação que careciam de desenvolvimento (FONSECA NETO, 2024, p. 314). O objetivo de obtermos um quadro mais completo das linhas de força que o ligavam ao seridó configura aspecto relevante para expandirmos a dinâmica de acesso a posições sociais proeminentes localmente, de suas manutenções nas gerações, bem como a construção de alianças com outras figuras que agregavam graus de autoridade, em meio a tensões de poder. Os primeiros anos da República testemunharam a permanência de chefes políticos locais, empenhados em se inserir em instâncias vantajosas ou manter cadeias de mando e clientela, conjunto de práticas que constituiu o fenômeno do coronelismo (QUEIROZ, 1976 p. 163). A partir da presente investigação, perseguimos a procedência familiar de José Alves da Fonseca em meio a documentações paroquiais que partem diretamente dele ou que, em nossa análise, apontam em sua direção, construindo uma proposta de caráter mais sólido.

Tínhamos como referência o seu nascimento por volta do ano de 1830. Nabuco de Araújo, além de vincular às décadas de 1830 e 1840 expressões como “círculos de família” ligadas a uma garantia de “ordem e estabilidade”, alude a influências persistentes ligadas ao pertencimento a uma família próspera, numerosa, antiga e em posições sociais consideradas vantajosas (NABUCO, 1897, p. 37). Eul-Soo Pang (1979, p. 19) baliza a partir de 1850 o coronelismo enquanto mecanismo operante, que perduraria pelos próximos cem anos. Ao propormos uma análise que vincule raízes familiares à transversalidade destas dinâmicas de cristalização de influências de diferentes naturezas, inclusive políticas, configurou-se então uma oportunidade chave para potencializar o trato de arquétipos que ocuparam lugar central na formação social brasileira. Contexto este que, ressaltamos, operou diretamente no tempo e espaço do sujeito aqui analisado. Faz-se necessário primeiramente esclarecer o papel exercido pelo Dedé, construindo um breve panorama dos eventos e demais personagens envolvidos nas tramas que o englobaram. Para isso, torna-se transversal compreender o papel dos jornais enquanto meio principal de contato com as convergências e divergências que eram estabelecidas. José Murilo de Carvalho (2008, p. 54) aponta uma tradição imperial estabelecida da imprensa como frente de batalhas políticas. Em nosso caso analisado, os enredos se centraram sobretudo através do *A República*.

A primeira ocorrência de caráter político do nome de José Alves da Fonseca aparece em periódico seguido à Proclamação, dedicado a posses e demais urgências partindo do recém-assumido governador do Rio Grande do Norte, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (1856-1907). Para o expediente dia 20 de novembro, Dedé constou como um dos listados para “proclamar a República” na Vila de Nova Cruz, a partir da responsabilidade de “convocar o povo, autoridade e força pública” e criação de uma ata a ser assinada “pelos que aderirem à causa” (*A República*, Rio Grande do Norte, 13 de novembro de 1889, p. 1). Interpretamos como um movimento de aproximação de nosso protagonista com as esferas republicanas, refletindo um contexto mais amplo do governo de Pedro Velho de estabelecer já neste primeiro momento, alinhamento de interesses com “grandes proprietários rurais e burguesia comercial”, bem como alianças com os “grandes coronéis” do Seridó (LINDOSO, 1992, p. 17). Nota-se como também foi incluído o nome do tenente-coronel Ivo Abdias Furtado de Mendonça e Menezes (1831-1900)<sup>1</sup>, figura de presença em Santa Cruz, tendo compartilhado outros movimentos de sincronia com o Dedé. Caso da formação do Clube Republicano da Vila de Santa Cruz, no ano seguinte, do qual José seria secretário e Ivo o presidente (*A República*, Rio Grande do Norte, 16 de fevereiro de 1890, p. 6). Ambos também passaram a ser desafetos de missivistas do jornal *A República*, expondo o substrato coronelista que vinha à tona a partir das críticas sistemáticas a partir de 1891 ao Ivo<sup>2</sup>, e em 1893 ao Dedé. A narrativa dessas acusações foi centrada em abusos e excessos cometidos a partir de suas posições, fraudes e alegações de alinhamento enquanto ou com conservadores e monarquistas. Foi também delineada a partir de um vocabulário acusatório desses sujeitos como fazendo parte de um arquétipo obsoleto, em tensão com novos paradigmas inseridos no tecido político-social (FONSECA NETO, 2024).

O conjunto de indícios nos leva a construir um cenário em que Ivo, Dedé e outros sujeitos provavelmente formavam uma rede local de alianças. Tal repetição de envolvimento conjecturam um cenário deste grupo de indivíduos enquanto núcleo consolidado de autoridade, ordem e imbricados na política, economia e burocracia de um mesmo recorte espacial. Eul-Soo Pang (1979 p. 59-60) ressalta como fez parte das práticas de determinados grupos de coronéis uma busca de associação com profissionais de diversas categorias com quem estabeleciam laços de concessões e benefícios. Tal associação mostrava-se relevante, visto que momentos de solidariedade e conflito faziam parte da

---

<sup>1</sup> Apesar de natural do Ceará, teve como avô materno José Rodrigues da Silva, um dos nomes comumente associados à formação de Santa Cruz, envolvido por exemplo em pedido de criação de sua freguesia em 1835 (PINTO, 2015). Em 1890, Ivo participou de reuniões republicanas, inclusive em presença de Pedro Velho (FONSECA NETO, 2024, p. 317).

<sup>2</sup> Estas, partindo de um missivista do *A República* de pseudônimo “Carvalho” (OLIVEIRA, 1980, p. 56).

sociedade brasileira coronelista, a qual teve como fator central a capacidade de um coronel fazer favores (QUEIROZ, 1976, p. 191). Enquanto escrivão e tabelião, parte significativa da vida social do lugar passava pelas mãos de Dedé, desde registros civis a contratos financeiros. As incumbências do responsável por um cartório, destacamos, faziam-se múltiplas:

O cartório que administra, dá andamento a causas cíveis, conta com admiração e apoio da população. O cartório onde se passa escritura de compra e venda, onde se registra nascimento, óbito e casamento, é procurado no dia-a-dia da comunidade. Quando o cartório tem função judicial, dá andamento aos processos, podendo acelerar a chegada à etapa final de julgamento ou emperrar algumas fases. (ARAUJO, 1982, p. 91)

Rosa Maria Barboza de Araujo (1982, p. 89-91) aponta o cartório do interior brasileiro como um possível instrumento do jogo político, podendo ser vinculado às elites políticas e à escolha de pessoas de confiança. Um contexto no qual sujeitos específicos dominavam um número limitado de funções fazia-se ideal para a operação do coronelismo, com ramos e atividades interdependentes em suas mãos, de maneira indistinta e pouco especializada. Ao passo que, o crescimento de uma localidade trazia novas dinâmicas e agentes profissionais capazes de desarticular o poder destes chefes locais (QUEIROZ, 1976, p. 206). Percalços desta natureza, veremos, atingiram também o grupo aqui tratado.

Em se tratando especificamente do Dedé, foi possível localizar acusações prévias partindo de seus ofícios<sup>3</sup>, de forma que uma delas acabou por ganhar contornos políticos e alimentando a maior querela relatada nos jornais em seu nome. Ainda em novembro de 1889, foi acusado de cobrar valores excessivos para ganhos próprios em juramentos de suplentes do delegado e subdelegado de Santa Cruz (*O Povo*, Rio Grande do Norte, 8 de novembro de 1889, p. 3). O primeiro deles, Ezequiel Mergelino de Souza, que anos depois aparece como juiz de distrito de inclinação republicana, sendo o motivo do afastamento de Dedé do cargo de escrivão. José mandou publicar suas queixas no jornal *Rio Grande do Norte*, acusando a ação de perseguição política.

Fomos informados que por perseguição politica fora suspenso por 30 dias o Tabellião e Escrivão do termo de S. Cruz, pelo celebre Juiz districtal, um *tal* de Esequiel de Souza, ali conhecido por *billheteiro*.

[...] Pedimos providencias.

A perseguição de que é victima o nosso amigo Tabellião e Escrivão Fonseca bem demonstra de quanto são capazes os homens da situação, constando que a suspensão decretada tinha por fim ao tempo da eleição de 12 de Março não haver Escrivão que podesse tomar por termo os protestos dos nossos amigos pelas bandalheiras e

---

<sup>3</sup> Enquanto escrivão de paz e secretário da Câmara Municipal de Canguaretama, fez parte de um recurso de crime de responsabilidade, cujo recorrente era o juiz de direito, enquanto o Dedé foi o recorrido (*Brado Conservador*, Rio Grande do Norte, 05 de abril de 1878, p. 4).

fraudes, que pretendem os governistas porem pratica na eleição, que segundo consta fora adiada para 23 de Abril!

Quanta miseria !!

Que governo; que gente o acompanha, e que instruções estão dando aquelles que o seguem por amor ao poder e por mercantilismo!!...

Desgraçada situação; infeliz governo.

Até onde chegarão o sr. pedro velho e sua troupe?! (*Rio Grande do Norte*, Rio Grande do Norte, 26 de fevereiro de 1893).

Este acabou sendo o motivo da extensa resposta publicada no *A República*, da qual destacamos uma parte:

[...] Mandando publicar no jornaleco já citado que <<por perseguição política fora suspenso o Tabellião e Escrivão de Santa Cruz pelo célebre Juiz Districtal um tal de Ezequiel de “Souza” conhecido por bilheteiro e que a suspensão tinha por fim não haver Escrivão que podesse tomar os protestos dos opposicionistas>>. Bem sabe o missivista que o cidadão Ezequiel é prudente, moderado, sensato e sem entusiasmos e exageros politicos. não deixando por isso de ser um republicano firme no seu partido, um republicano sincero, distinto que quer respeito profundo... ...o missivista mandando publicar no jornaleco que o cidadão Ezequil tinha emittido grande numero de vales fez uma importante descoberta!!... Que grandes saudades não tem tido elle da sua -Bella Monarchia?!.. Agora ganharia como recompensa uma commenda ou o titulo de -Engraxate da Casa Imperial: agora estaria habilitado a um dia engraxar as botas de um membro qualquer da familia de El Rei Nosso Senhor; agora no ultimo quartel da vida teria esta farveira e doce esperança para embala-o. Distrahil-o!.. ...Um conselho ao Dedé. Meu pobre velho. tire uma hora, alguns momentos no dia e faça nesse tempo uma analyse em sua vida e se convencerá que vai mal, muito mal mesmo! Meu pobre velho Dedé, estude bem o velho Ivo, e verá que elle pouco se importa se comprometei-o o mesmo modo que v. ia compromettendo o integro Juiz Districtal Esequiel Marcelino de Souza. Meu velho, o Ivo bateu as portas da completa nullidade. e quer que por mais tempo o Zezinho e outros estejam ao menos persuadidos do contrario. Para semelhante resultado envidará tudo. para semelhante resultado trabalhará, se preciso for, pelo seo soffrimento. o instigará à surdina a praticar excessos para que o juiz o suspenda e ella possa gritar: <<Perseguição Política! [...] Meu pobre velho Dedé, abra os olhos; veja e veja bem o papel que está fazendo (*A República*, Rio Grande do Norte, 25 de março de 1893, p. 4).

Adentrar de maneira mais profunda nos atritos políticos expostos, dentre vertentes a favor ou contrárias a Pedro Velho no Seridó está fora do horizonte deste trabalho. Tais subsídios nos são úteis, porém, para mensurarmos a natureza das ofensivas que eram articuladas entre os personagens envolvidos. Mesmo diante de um contexto específico de rivalidade local, com fundamentos seja em um episódio específico entre os sujeitos, em posicionamentos políticos diferentes, ou um equilíbrio entre os dois. Nos evidencia mais um indício da articulação do Dedé com o Ivo, sendo o equilíbrio ou desunião entre eles fator relevante à ponto de ser tomado como argumento. Reforça assim para nós a ideia de suas ações como um grupo local, com mesmos posicionamentos e rivais, ou ao menos com

pontos de contato em meio ao jogo político e social corrente, que podem ou não ter resultado em relações clientelistas. Nos revela também, a partir da iniciativa do Dedé de mandar publicar em um jornal suas críticas às acusações, a sua inserção como agente ativo em meio aos tensionamentos, se apropriando de algum nível de influência ou prerrogativa local. É possível notar que algum componente de mandonismo exala das acusações expostas nos jornais, caso ainda da anteriormente apresentada direcionada ao Dedé:

O missivista que sempre esteve inteiramente convencido que havia de passar a vida esvoejando, como ave de rapina, por sobre a cabeça das pobres presas; que nunca pensou que seu domínio nesta terra havia de ser arrebatado pela soberania do povo. vendo agora cahirem todos os seus calculos. de tramoias; convencido do seu completo desprestígio, porque o povo cansado de soffrer as suas insolencias o desprezou, o mandou plantar batatas [...] (*A República*, Rio Grande do Norte, 25 de março de 1893, p. 4).

Cabe, diante do apresentado, levarmos em conta uma noção de “coronel” mais ampla, a partir de sua evolução notada por José Murilo de Carvalho (1997, p. 3) como se referindo, para além do grande latifundiário isolado, também a sujeitos de múltiplas ocupações que agregavam em si um monopólio de influências associadas ao uso do mandonismo. Em último ponto, destacamos o uso de expressões do tipo “um tal de” se referindo ao Ezequiel, parecendo pulsar um juízo de valor que privilegia o indivíduo com peso no jogo social praticado de um lugar. Ser um antígeno ou figura menos cristalizada nas práticas cotidianas tecidas poderia ser usado como argumento para diminuir sua credibilidade, ou ferramenta para impedir movimentações e privilégios. Somos logo levados a posicionar família e parentela como fatores centrais nas práticas e discursos, bem como em suas interpolações. Este último ponto nos serve como ponte para direcionar o foco à análise que nos interessa, mais especificamente, a resposta para a indagação parental de José Alves da Fonseca.

A partir de novas informações e registros paroquiais obtidos foi possível perseguir algumas de suas malhas de contatos parentais e espelhamentos onomásticos, dando seguimento à investigação de sua provável ascendência. Torna-se possível, assim, entender mais claramente a procedência destes coronéis, completando o mosaico da legitimidade atribuída de suas influências. A movimentação de parentelas por entre diferentes espaços ao longo do tempo constitui uma das bases de suporte da genealogia, nos possibilitando acessar os processos constitutivos de grupos familiares que se traduziam em relações sociais (OLIVEIRA, 2001, p. 19). Nota-se, mais especificamente, como herança e casamento estavam diretamente relacionados ao mandonismo local, de modo que pertencer ou se

associar a uma parentela importante norteava lutas políticas locais e promoções oportunizadas a partir delas (QUEIROZ, 1976, p. 192).

Após o levantamento de dados a ser apresentado nesta pesquisa, nos julgamos seguros a propor duas alternativas de filiação, uma delas solidificada a partir de uma possível certidão de batismo de José Alves da Fonseca. O empenho genealógico aqui construído, dentre fontes e associações articuladas, parte da identificação dos entroncamentos familiares de origem portuguesa assentados no Seridó que em nossa análise levaram a composição do sobrenome de José. Faz-se necessário primeiramente elaborar um quadro mais amplo de suas descendências, traduzido em suas ramificações nos espaços, processo este que estabelecerá as bases destes grupos em estruturas sociais ligadas a posses e posições de prestígio local.

### **As bases da povoação do Seridó e a união Alves dos Santos com Teixeira da Fonseca**

A bibliografia base que aborda a povoação das regiões interioranas da capitania do Rio Grande assume a segunda metade do século XVII, após a expulsão dos holandeses, como referência para o período das primeiras iniciativas, geralmente ligadas ao gado. Sertanistas se estabeleciam nas ribeiras em direção ao Seridó, a partir de um processo sistemático de expulsão dos indígenas assentados nas localidades. Fez parte de um movimento bélico ostensivo de nome “Guerra dos Bárbaros”, corrente dos sertões do São Francisco aos sertões do Piauí com balizamento mais claro entre 1687 e 1720. Tal finalidade de expansão das terras pecuárias e garantia de estabilidade para seus proprietários e demais sesmeiros norteou seus diversos episódios, como a Guerra do Açú na capitania aqui tratada, entre 1687 e 1704 (PUNTONI, 2002).

No Seridó, é justamente após tais campanhas, a partir de 1720, que vieram a se estabelecer as primeiras famílias que construíram as bases genealógicas da região. As correntes lusitanas, oriundas sobretudo do norte de Portugal e dos Açores, se mostraram expressivas em meio a povoação (MEDEIROS FILHO, 1981, p. 4). A freguesia de Sant’Ana do Seridó foi instaurada em 26 de julho de 1748, em preparação para a construção da Matriz de Sant’Ana, atual Caicó (COSTA, 1999, p. 12).

Um dos troncos que se ramificou na região do Seridó foi o casal Domingos Álvares dos Santos (1711-1793)<sup>4</sup> e Joana Batista da Encarnação (c.1715-1791), que teriam chegado já casados, vindos da Capitania do Ceará (COSTA, 1999, p. 17). Domingos era português e capitão, se estabelecendo com sua esposa na Fazenda das Lajes de sua propriedade<sup>5</sup>, localizada na ribeira do Quipauá, atual Ouro Branco, Rio Grande do Norte (MEDEIROS FILHO, 1981, p. 315). O matrimônio gerou 14 filhos, que por sua vez consolidaram uma vasta descendência, cuja descrição se ocupou extensamente Sinval Costa (1999)<sup>6</sup>. Estes foram responsáveis por disseminar e cristalizar o sobrenome Alves dos Santos e suas variantes, a partir de matrimônios articulados com famílias também proprietárias de terra já estabelecidas ou recém-chegadas ao Seridó<sup>7</sup>. A hipótese de ascendência de José Alves da Fonseca desenvolvida neste trabalho se centra neste ramo.

Para nossa análise, interessa especialmente seu entrelaçamento com os portugueses naturais do Porto, Teixeira da Fonseca. Estes, compostos pelo capitão português Luiz Teixeira da Fonseca (1739-1816) e seu irmão, também capitão, Manoel Teixeira da Fonseca (c.1750-1808). Ambos casaram com filhas de Domingos Álvares dos Santos, respectivamente a homônima Joana Batista da Encarnação (c.1746-1831) e Maria Alves dos Santos (c.1751-1835).

Manoel Teixeira seria provido de bens e prestígio político-social, tendo sido juiz de órfãos durante a década de 1790, em Vila Nova do Príncipe (COSTA, 1999, p. 253). Embora não haja registros de filhos em seu matrimônio com Maria Alves, eles foram padrinhos do sobrinho Manoel Teixeira da Fonseca (1773-1864), padre, a quem financiaram a formação eclesiástica. Após o óbito de Maria, os bens foram divididos entre sobrinhos, incluindo a fazenda Malhada da Areia (1999, p. 254). Esta é posteriormente referida como pertencente ao dito padre Manoel, onde também em algum momento

---

<sup>4</sup> Diante da imprecisão quanto à sua ascendência, decidimos referir sua data de nascimento como a obtida a partir de seu assentamento de óbito, que menciona seu falecimento em 1893 com 82 anos de idade. Por razão da constante variação de patronímico Álvares/Alves registrada sobre sua descendência, decidimos manter particularmente “Álvares” para suas menções, enquanto “Alves” para as gerações seguintes.

<sup>5</sup> Olavo de Medeiros Filho (1981, p. 315) apresenta uma listagem de terras em seu nome, tirada de seu inventário de bens. Menciona também a possibilidade de ter previamente se instalado em Pernambuco, visto a presença dentre as posses de uma casa na vila de Goiana (1981, p. 317).

<sup>6</sup> Sinval Costa afirma que dos 16 capítulos de sua obra sobre os Álvares do Seridó, 13 são dedicados à extensa ramificação do casal (1999, p.16).

<sup>7</sup> Exemplo de associação foi a realizada com a parentela do capitão português Antônio Garcia de Sá, da fazenda Quimporó. Sua neta Luiza Dornelles de Bittencourt (c.1756-1833) casou com o filho homônimo de Domingos Álvares dos Santos, segundo assento de óbito, nascido em 1745 e falecido no mesmo ano da esposa (MEDEIROS FILHO, 1981, p. 325). O irmão deste último, Antônio Alves dos Santos, casou com Theresa de Jesus, por tradição oral assumida como filha do mesmo Garcia de Sá (COSTA, 1999, p. 31). Outro caso foi o de sua irmã, Joana Maria dos Santos (?-1794), casada com o Capitão-mor Manoel Gonçalves de Melo (1737-1816), português e proprietário da fazenda Sabugi (1981, p. 330).

passaram a residir outros parentes (1999, p. 41). Correspondia como um dos locais centrais em meio à sua longa atuação eclesiástica<sup>8</sup>, que se estendia também a outros redutos familiares (1999, p. 256).

Por sua vez, o casal Luiz Teixeira da Fonseca e Joana Batista da Encarnação residiu na fazenda Angicos, atual Jardim do Seridó (DANTAS, 1962, p. 98). É a partir de sua extensa prole, que é estruturada a fusão entre Alves e FONSECAS.

**Tabela 2** - Descendentes de Luiz Teixeira e Joana Batista (grifo nosso)

Nome	Cônjuge
Ana Teixeira da Fonseca	José Francisco de Souza
Antônio Teixeira da Fonseca	<b>Ana Joaquina dos Santos (neta de Joana Alves dos Santos)</b>
Domingos Teixeira da Fonseca	?
Joana Maria de França	Boa Ventura Fernandes da Silva
João Teixeira da Fonseca	Joana Maria da Silva
José Teixeira da Fonseca	Teodora Maria de Jesus
Madalena Maria Teixeira	<b>Manuel Gonçalves de Melo (filho de Joana Alves dos Santos)</b>
Manoel Teixeira da Fonseca	-
Maria Teixeira da Fonseca	<b>Domingos Alves do Nascimento (filho de Antônio Alves dos Santos)</b>
Rosa Maria de França	<b>Gonçalves Alves Gameiro (filho de José Alves dos Santos)</b>

**Fonte:** COSTA, 1999, p. 256-59; Freguesia do Seridó (Caicó, RN). Registros de Batismo 1825-1831, img. 24.

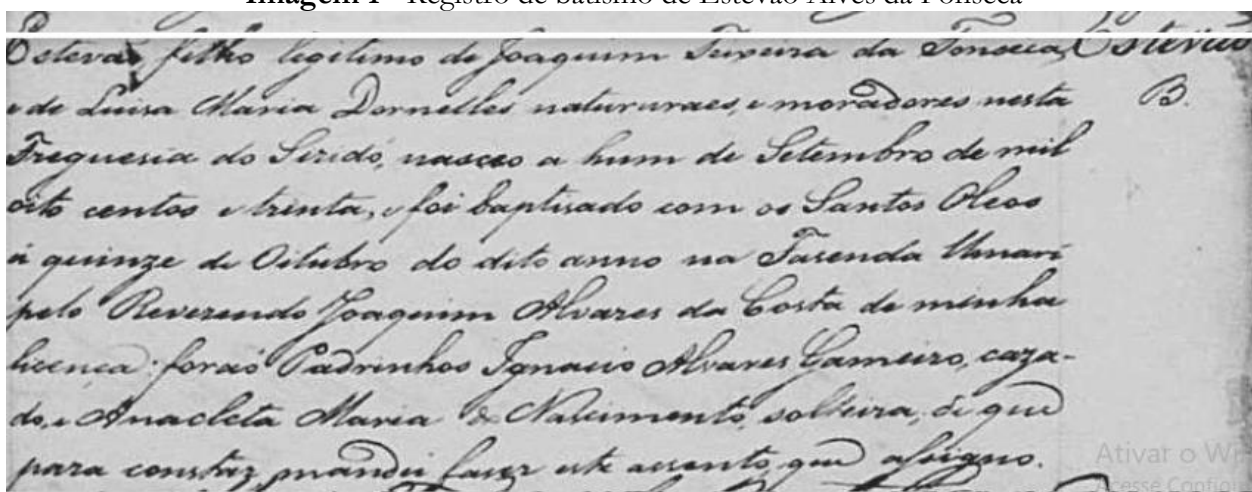
José Teixeira da Fonseca (1775-1844) é tomado como referencial para a parentela de sua geração. Sinval Costa afirma que “sendo líder de família, aglutinava em torno de si, a grande descendência dos Alves dos Santos” (COSTA, 1999, p. 257). Sua atuação militar e política foi construída por diferentes posições, desde a substituição de seu pai e tio como capitão de regimento de ordenanças, simultânea à de membro da Câmara da Vila do Príncipe, até o de tenente-coronel a partir

<sup>8</sup> A qual Sinval Costa quantifica como tendo durado 69 anos, até seu falecimento com 91 anos de idade (1999, p. 256).

da década de 1830<sup>9</sup>. Nos interessa especialmente o nome de sua irmã, Maria Teixeira da Fonseca (1771-1821), como ponte para verificarmos os primeiros usos da composição de sobrenome “Alves da Fonseca”. Demonstramos na tabela acima que ela casou com Domingos Alves do Nascimento (1768-1838), neto paterno do capitão Domingos Álvares dos Santos. Foi possível identificar que dois de seus netos, em casos simultâneos por volta dos anos 1830, receberam a nítida junção de sobrenomes dos avós.

Joaquim Teixeira da Fonseca (1792-1869), um dos filhos de Domingos Alves e Maria Teixeira, casou com Luíza Dornelles de Bittencourt (homônima de sua mãe, que por sua vez foi casada com Domingos Alves dos Santos, filho do capitão Domingos Álvares). Eles tiveram como filho Estevão Alves da Fonseca, nascido em 1 de setembro de 1830.

**Imagem 1** - Registro de batismo de Estevão Alves da Fonseca

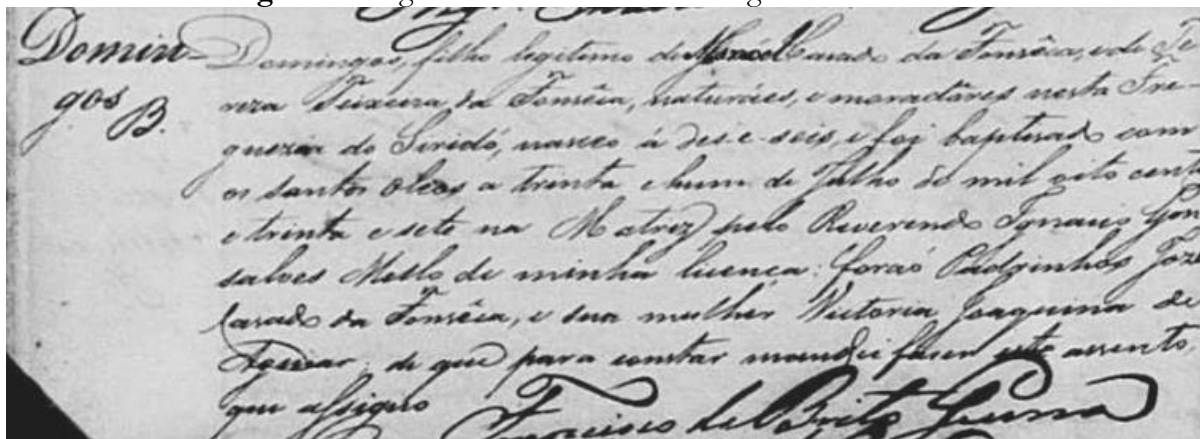


**Fonte:** Freguesia do Seridó (Caicó, RN). Registros de Batismo 1825-1831, img. 246.

O segundo caso ocorreu a partir do casamento de Tereza Maria de Jesus, filha de Domingos Alves do Nascimento e Maria Teixeira da Fonseca, com Manoel Cazado da Fonseca, filho do coronel José Teixeira com Theodora Maria. Da união nasceu Domingos Alves da Fonseca (COSTA, 1999, p. 263). Acreditamos que conseguimos localizar o registro de seu batismo, datado de 31 de julho de 1837.

<sup>9</sup> Período em que teria comandado um batalhão contra o movimento insurgente promovido pelo cearense Joaquim Pinto de Madeira, após abdicação de D. Pedro I (COSTA, 1999, p. 258). Entre 1831 e 1832, na região do Cariri, sul da Província do Ceará, o coronel Madeira mobilizou belicamente pequenos e médios proprietários rurais e seus seguidores, a partir de uma bandeira de restauração da monarquia pedrina em meio a interesses e conflitos locais (BRITO, 1979).

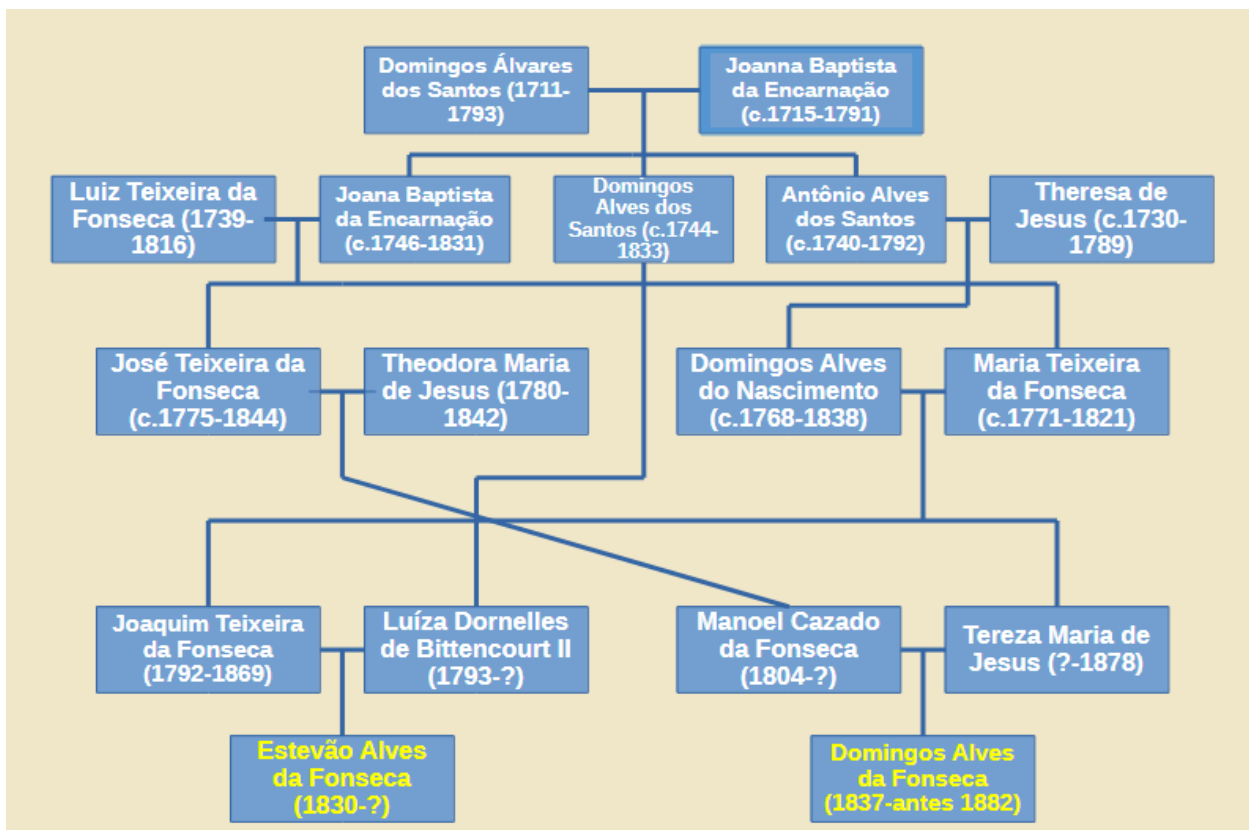
Imagem 2 - Registro de batismo de Domingos Alves da Fonseca



Fonte: Freguesia do Seridó (Caicó, RN). Registros de Batismo 1835-1840, img. 73.

Tal conjunto de indícios torna perceptível a ideia da composição de sobrenome “Alves da Fonseca” na referente região do Seridó, para o período que nos interessa, aparecer ligada ao casal Domingos Alves do Nascimento e Maria Teixeira da Fonseca, enquanto avós destes sujeitos nascidos em anos aproximados.

Imagem 3 - Diagrama genealógico de Estevão e Domingos Alves da Fonseca



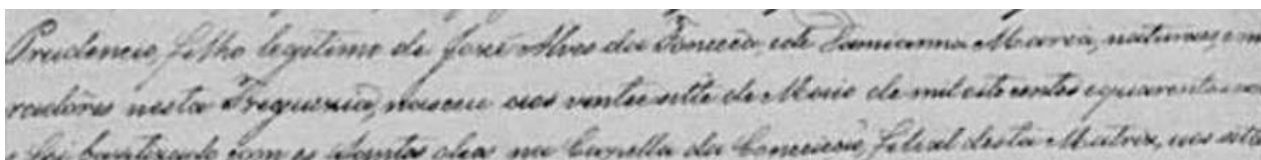
**Fonte:** Elaborado pelo autor com o software LibreOffice, a partir do cruzamento de fontes documentais e bibliografia citada neste trabalho.

O próximo passo a ser aqui apresentado tem a ver com a identificação de subsídios diretos sobre o Dedé capazes de ligá-lo ao mesmo cruzamento Alves dos Santos/Teixeira da Fonseca e potencialmente, como ainda veremos, a este mesmo núcleo parental.

### Os subsídios genealógicos de José Alves da Fonseca

José Alves da Fonseca casou com Damiana Maria da Conceição em finais da década de 1840, um matrimônio que gerou ao menos 11 filhos. Na certidão de batismo do mais velho até então identificado, Prudêncio Alves da Fonseca, datada de maio de 1849, consta a informação de que eram naturais e moradores da freguesia referente a Caicó<sup>10</sup>.

#### Imagem 4 - Registro de batismo de Prudêncio Alves da Fonseca (destaque)



**Fonte:** Freguesia do Seridó (Caicó, RN). Registros de Batismo 1843-1849, img. 201.

Olavo de Medeiros Filho afirmou que os livros de casamento de Caicó, referentes justamente ao período entre 1834 e 1867, estavam desaparecidos (1981, p. 8)<sup>11</sup>. Apesar de tal impedimento, podemos porém, visando definir algum recorte temporal para o nascimento do Dedé, utilizar o referencial de faixa etária estipulado pelo autor para nubentes no Seridó, de 24 anos para homens e 18 para mulheres (MEDEIROS FILHO, 1981 p.10). Somos então levados, apropriadamente, a traçar o nascimento do Dedé entre meados da década de 1820 e início da de 1830<sup>12</sup>. No que se refere a seus

<sup>10</sup> Na certidão de batismo de João, seu outro filho que mencionaremos posteriormente, datada de 1855, também é afirmada a condição de seus pais como moradores da freguesia de Caicó.

<sup>11</sup> A lacuna persiste ainda hoje, como ausência nos registros digitalizados disponíveis em ferramentas de pesquisa genealógica, como o FamilySearch.

<sup>12</sup> Apesar de não conseguirmos identificar seu assento de óbito, julgamos sugestiva a presença de sua assinatura como escrivão nos registros de Santa Cruz até abril de 1909 (Santa Cruz, Registros de óbito, 1909, img. 522). Para os seguintes escritos, outra pessoa assina como exercendo o cargo. É possível que algum afastamento possa ter acontecido por conta da idade, visto que já em 1893, em sua meio a sua contenda apresentada previamente contra o juiz republicano Ezequiel de Souza, foi referido por diversas vezes como “velho”, além de “no último quartel da vida” (FONSECA NETO, 2023, p.

filhos e filhas, identificamos nascimentos até o ano de 1870. Damiana já era falecida em 1876 (Nova Cruz, Registros de Casamento, 1876, img. 411).

**Tabela 3** - Filhos e filhas de José Alves da Fonseca e Damiana Maria da Conceição.

Nome	Ano de nascimento
Prudêncio Alves da Fonseca	1849
Maria Florentina da Fonseca	1851
Manoel Alves da Fonseca	1852
João	1855
Maria Rosária Florentina da Conceição	1859
Cândida Alves da Fonseca	1862
Theodora Florentina da Fonseca	1863
Francelina Florentina da Fonseca	1865
Pedro Alves da Fonseca	1866
Constância Alves da Fonseca	1870
José Alves da Fonseca Filho	?

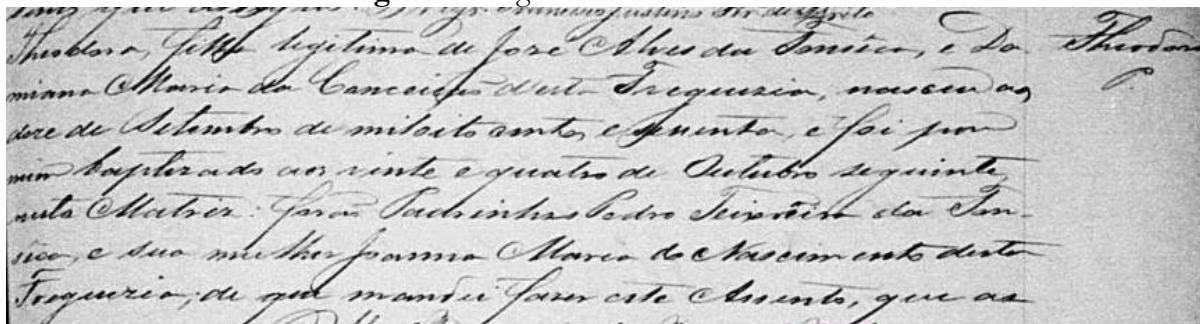
**Fonte:** Registros diversos. Registros da Igreja Católica. Livros diversos.

Dentre as relações diretas que conseguimos atestar entre José e as parentelas Alves dos Santos/Teixeira da Fonseca até então tratadas, destaca-se o evento do batismo de sua filha Theodora, no qual Pedro Teixeira da Fonseca (1814-1879) e sua esposa Joana Maria do Nascimento (1816-?) foram padrinhos. Pedro era filho do coronel José Teixeira da Fonseca e segundo Sinval Costa (1999, p. 264), havia sido vereador por Jardim do Seridó em 1859 e de 1869 a 1872.

---

320). Mesmo que intenções pejorativas pairavam tais debates públicos, entendemos que nos serve como elemento útil para inferirmos sobre sua idade.

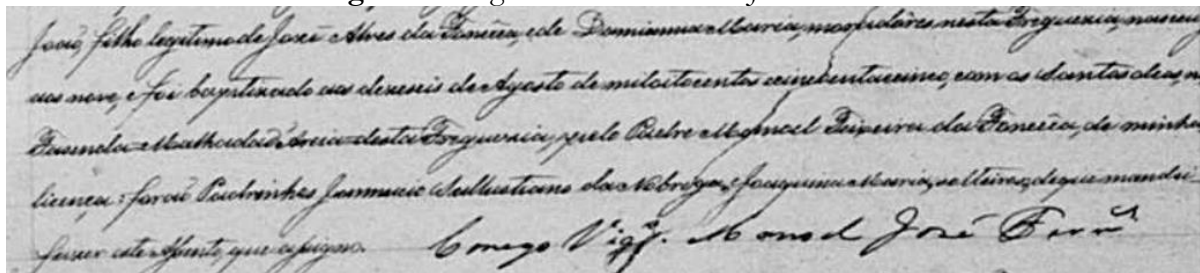
**Imagem 5 - Registro de batismo de Theodora**



**Fonte:** Jardim do Seridó (RN). Registros de Batismo 1868-1896, img. 138.

Um segundo indício digno de nossa atenção é a repetida presença do padre Manoel Teixeira da Fonseca como realizador do batismo de filhos de José Alves da Fonseca. Foi o caso primeiramente de João, em 16 de agosto de 1855, na fazenda Malhada da Areia.

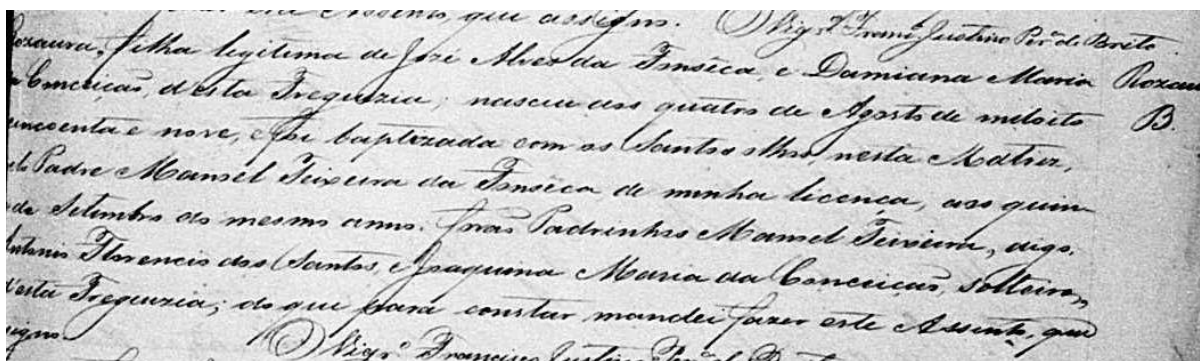
**Imagem 6 - Registro de batismo de João**



**Fonte:** Freguesia do Seridó (Caicó, RN). Registros de Batismo 1851-1853, img. 172.

O padre Teixeira também realizou o batismo<sup>13</sup> da filha Rosaura (Rosária), em 15 de setembro de 1859.

**Imagem 7 - Registro de batismo de Rosária**



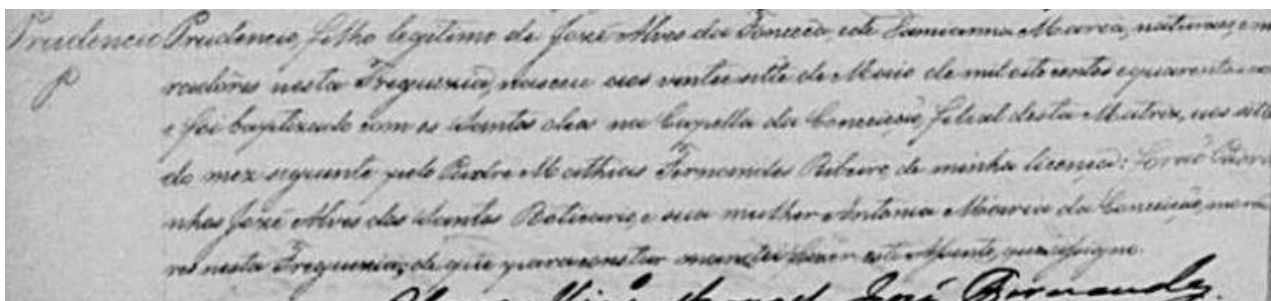
**Fonte:** Jardim do Seridó (RN). Registros de Batismo 1856-1866, img. 106.

<sup>13</sup> Seu último batizado teria se dado em 28 de julho de 1861, com 88 anos de idade (DANTAS, 1962, p. 101).

Uma vez levantado esse grupo de indícios, cabe ainda considerarmos uma outra observação capaz de reforçar tais correspondências com os Teixeira da Fonseca. Tem a ver com a variação de sobrenome “Florentina da Fonseca”. A primeira pessoa que conseguimos identificar com ele foi Severina Florentina da Fonseca (1819-1893), filha do coronel José Teixeira da Fonseca, casada com seu primo Roque Teixeira da Fonseca (COSTA, 1999, p. 260). Ela passou para três de suas filhas o sobrenome “Florentina”, e particularmente para Zenóbia, nascida em 1860, a composição completa “Florentina da Fonseca”. Notamos então que Dedé fez o mesmo para quatro de suas filhas, nascidas entre 1851 e 1870, como já demonstramos.

Voltemos à certidão de batismo do filho Prudêncio, com maior atenção, pois ela nos traz mais uma evidência capaz de ligar José Alves da Fonseca à parentela aqui proposta. Neste registro, observamos o nome de José Alves dos Santos (referido nos registros como boticário) e sua esposa Antonia Maria da Conceição como padrinhos.

### Imagem 8 - Registro de batismo de Prudêncio Alves da Fonseca (completo)



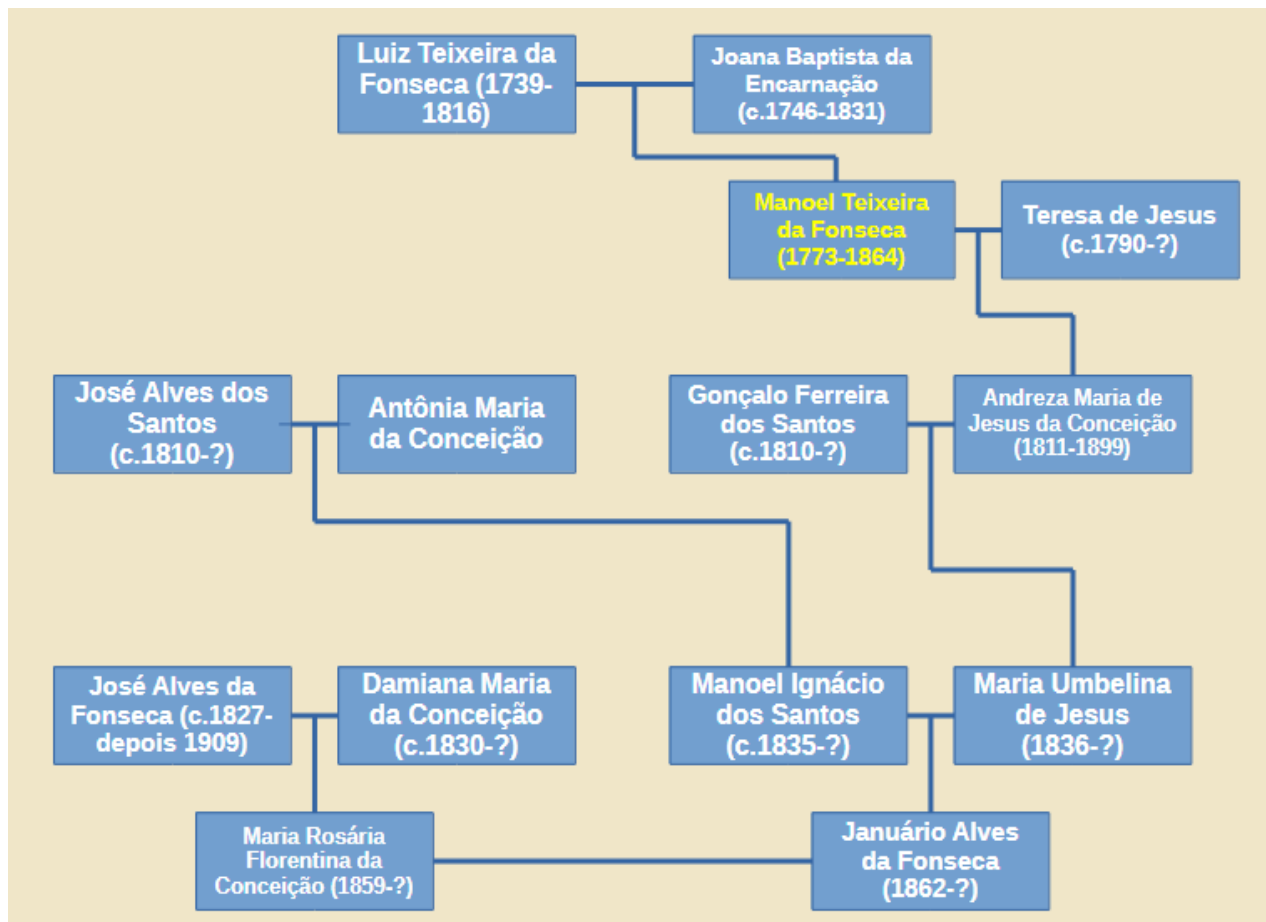
**Fonte:** Freguesia do Seridó (Caicó, RN). Registros de Batismo 1843-1849, img. 201.

José Alves dos Santos “Boticário” provavelmente nasceu por volta das primeiras décadas do século XIX, sendo assim de uma geração anterior a José Alves da Fonseca. Ele foi pai de Manoel Ignácio dos Santos (c. 1835-?), uma figura relevante para nossa análise por três razões. A primeira delas devido a uma ligação com o Dedé por ter sido sogro de Marisa Rosária Florentina da Conceição (1868-?), casada com seu filho Januário Alves da Fonseca. O segundo motivo, por sua vez, mostra-se potencialmente chave para nossa análise. Segundo registro de indexação do *FamilySearch*, existe um inventário referente ao Padre Manoel Teixeira da Fonseca<sup>14</sup>, embora não tenhamos conseguido acesso para consulta. Nele, constaria a informação de que seria pai de Andresa Maria de Jesus da Conceição,

<sup>14</sup> José Adelino Dantas (1962, p. 100) afirma que seu testamento foi feito em 10 de março de 1861, sendo aberto em 18 de julho de 1864, dia de sua morte.

a sogra de Manoel Ignácio, mãe de sua esposa Maria Umbelina de Jesus.

**Imagem 9** - Diagrama genealógico da ligação Dedé-Manoel Ignácio (destaque ao padre Manoel)

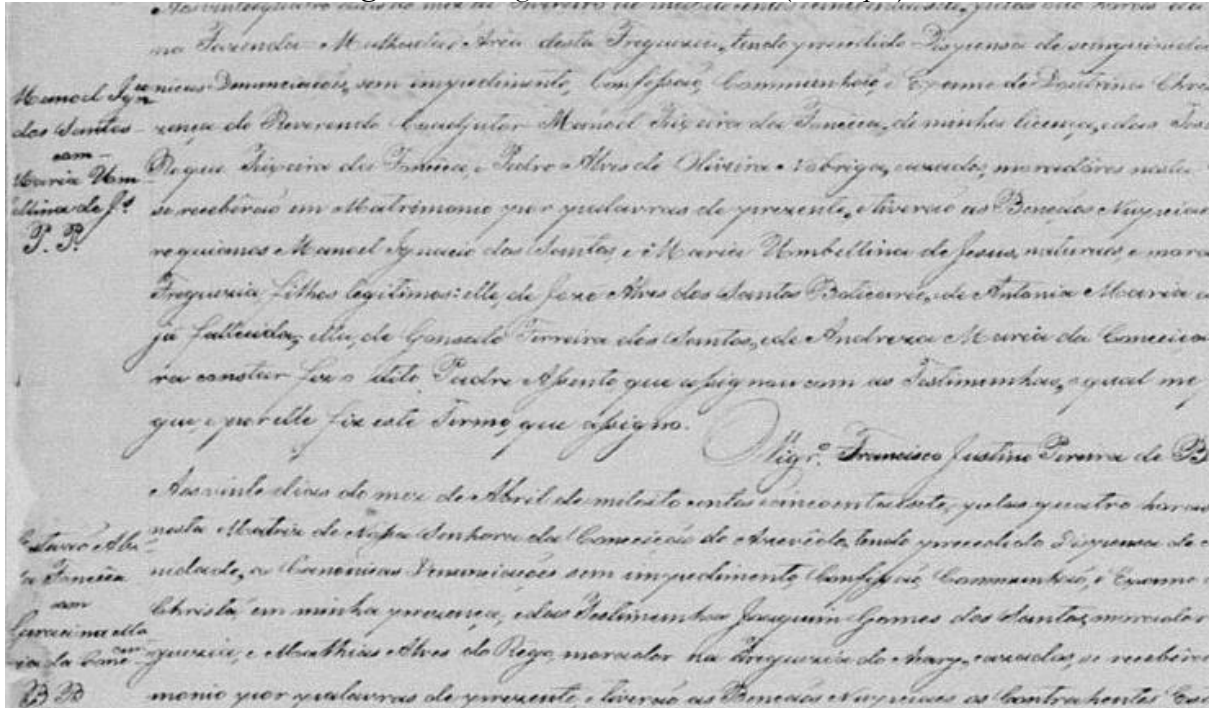


**Fonte:** Elaborado pelo autor com o software LibreOffice, a partir do cruzamento de fontes documentais e bibliografia citada neste trabalho.

É justamente a partir do assento de casamento do casal Manoel Ignácio-Maria Umbelina em 1857, de onde podemos também constatar, além de que eram naturais moradores da freguesia correspondente depois a Jardim do Seridó, também uma terceira evidência capaz de reforçar nosso argumento. Estava presente no evento não apenas o padre Manoel Teixeira da Fonseca, mas também Roque Teixeira da Fonseca, como testemunha. Este último, lembramos, esposo de Severina Florentina da Fonseca. Julgamos ainda relevante o fato do termo de casamento constar seguido, na mesma página,

do registro pertencente ao já mencionado casal Estevão Alves da Fonseca com Geracina Maria da Conceição. Os dois eventos aconteceram com dois meses de diferença<sup>15</sup>.

**Imagem 10** - Registros de casamento (destaque)



**Fonte:** Jardim do Seridó (RN). Registros de matrimônios 1857-1885, img. 3.

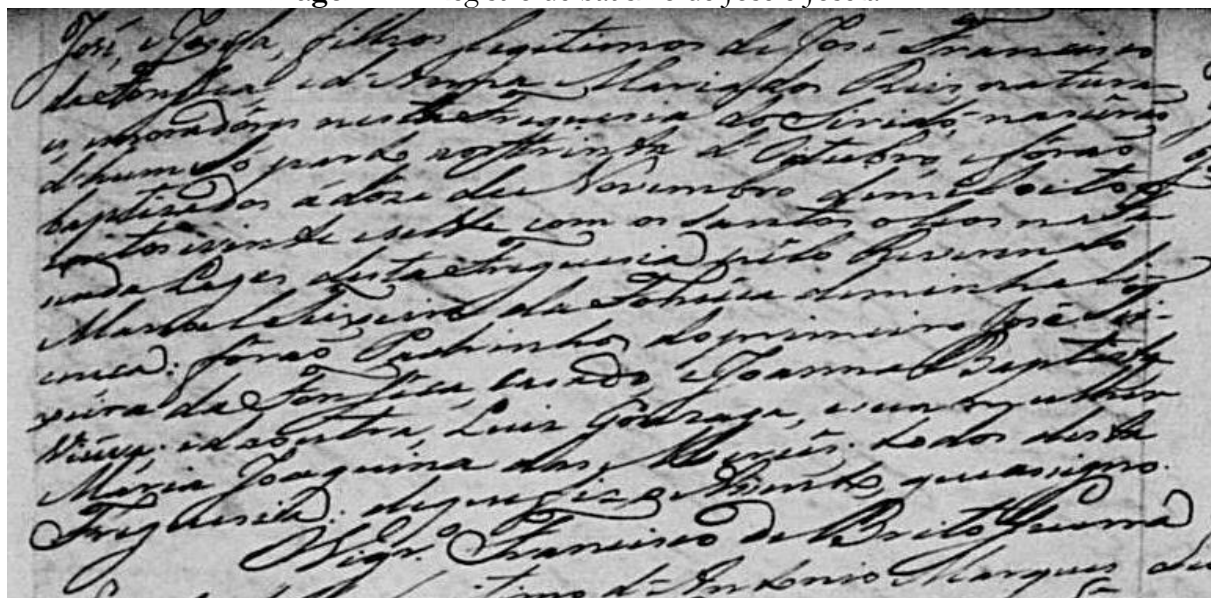
Estaríamos também diante de mais uma gênese do sobrenome “Alves da Fonseca”, mais uma vez ligando indivíduos “Alves dos Santos” com “Teixeiras da Fonseca”, pois é seguro supor que a razão de Januário ter recebido a porção “da Fonseca” de seu sobrenome ter sido uma referência a seu possível bisavô, o padre Manoel Teixeira da Fonseca. Notamos também que Januário, quando do nascimento de seu filho Joaquim em Santa Cruz no ano de 1894, era agricultor e morador desta vila (Santa Cruz, Registros de Nascimento, 1894, p. 153). Tais variados entrelaçamentos nos evidenciam que algum nível de convívio entre as famílias se fez evidente no cotidiano destes indivíduos, em contornos solidamente próximos ao Dedé, a quem aqui prezamos o esforço em tecer relações.

Finalmente, para além do apresentado até então, consideramos ter identificado uma possível, aqui julgada como provável certidão de nascimento de José Alves da Fonseca. Realizar tal movimento com precisão torna-se difícil, para além do sempre presente risco de transitar entre constantes homônimos, também por razão dos registros de Caicó, para as décadas de nosso interesse, possuírem

<sup>15</sup> Mais especificamente, nos dias 24 de fevereiro de 1857 para Manoel Ignácio e Maria Umbelina, enquanto 22 de abril para o matrimônio entre Estevão Alves e Geracina Maria.

descrito apenas o prenome da criança. Apesar disso, ao limitarmos tempo, espaço, parentela e a formação que aqui apresentamos do sobrenome Alves da Fonseca, somos levados especialmente ao casal José Francisco Teixeira da Fonseca (1796-1848) e Ana Maria dos Reis (1806-?). O primeiro, filho de Domingos Alves do Nascimento e Maria Teixeira da Fonseca, aqui já interpretados como centrais para nossa lente de pesquisa (COSTA, 1999, p. 261). Sua esposa Ana era filha do coronel José Teixeira da Fonseca com Theodora Maria de Jesus. Dentre os 10 filhos do casal, destacamos os gêmeos José e Josefa, nascidos em 30 de outubro de 1827 e batizados em 12 de novembro deste ano, pelo padre Manoel Teixeira da Fonseca, na Fazenda Lajes. Os padrinhos do primeiro foram João Teixeira da Fonseca e Joana Batista, enquanto o de sua irmã, Luiz Gonzaga da Fonseca (também filho do coronel José Teixeira) e Maria Joaquina.

**Imagem 11** - Registro de batismo de José e Josefa

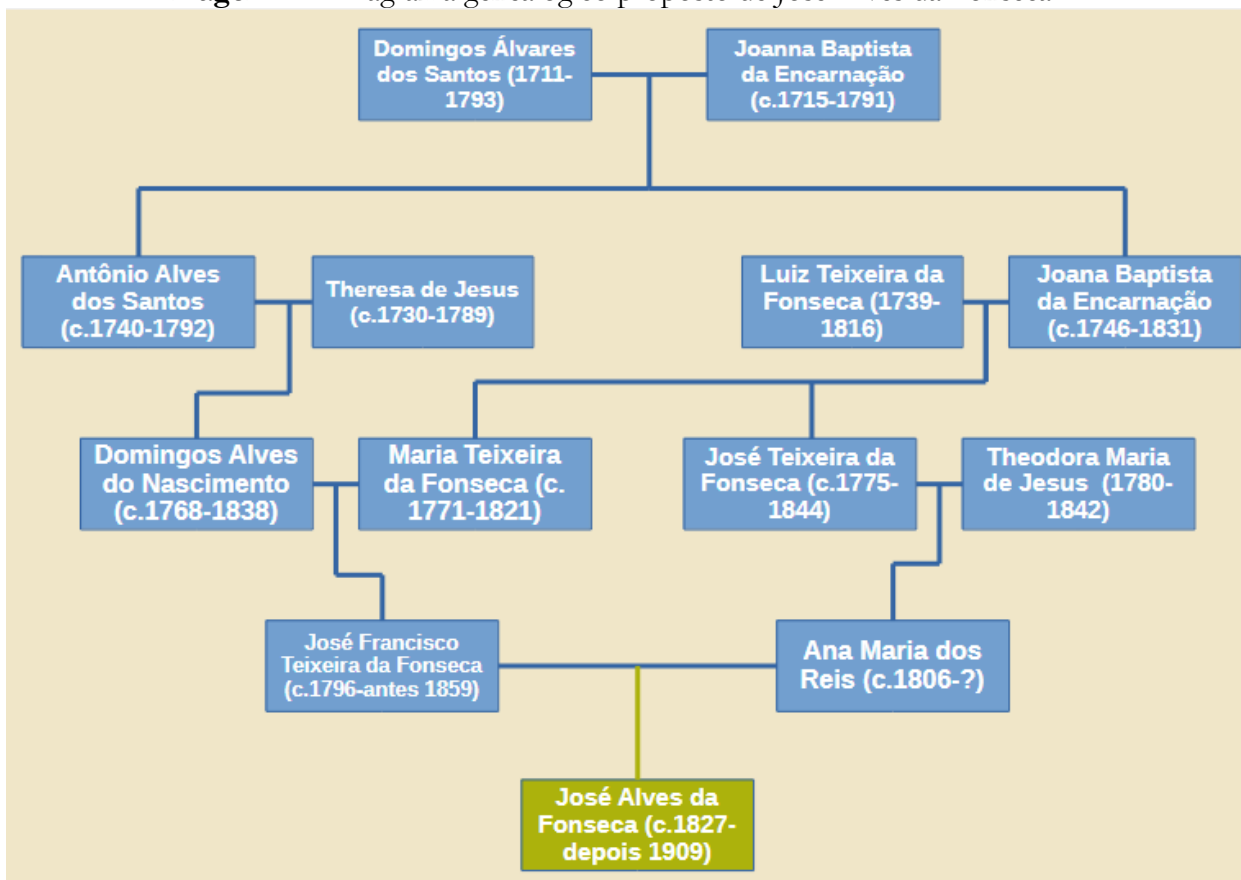


**Fonte:** Freguesia do Seridó (Caicó, RN). Registros de Batismo 1825-1831, img. 92.

Tal criança de nome José, sobre a qual não foram ainda identificadas (em bibliografias ou fontes) informações sobre casamento, descendentes ou óbito, e que assim pudessem servir de alternativa à ideia aqui em construção, preenche todos os requisitos de correspondência com José Alves da Fonseca. Seu nascimento em 1827 significaria um matrimônio com Damiana Maria da Conceição enquanto tinha 21 anos de idade, em conformidade com um intervalo de idade plausível, visto os balizamentos citados anteriormente. Tal paralelismo o tornaria primo de primeiro grau de Estevão

Alves da Fonseca e Domingos Alves da Fonseca<sup>16</sup>. Também, sobrinho de Severina Florentina da Fonseca, o que justificaria um movimento conjunto de atribuir o mesmo sobrenome Florentina da Fonseca para suas filhas.

**Imagem 12** - Diagrama genealógico proposto de José Alves da Fonseca



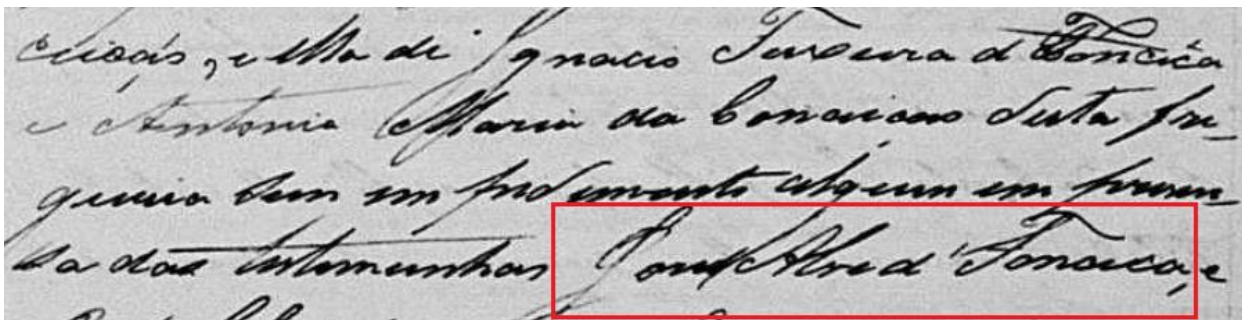
**Fonte:** Elaborado pelo autor com o software LibreOffice, a partir do cruzamento de fontes documentais e bibliografia citada neste trabalho.

Naturalmente, atrelado ao empenho de transitar em meio a registros genealógicos, aparecem possibilidades que ficam em aberto ou carecem de maior investigação. Podem assim reforçar ideias, sugerir desvios, e por vezes mesmo chegar a conclusões próximas ou relacionadas. Uma delas, que corrobora com nossa análise, trata-se da possível presença de José Alves da Fonseca como testemunha do casamento entre Sebastião Gomes de Oliveira e Ana Teixeira da Conceição, realizado em 13 de

<sup>16</sup> Notamos também o fato de Domingos ter sido casado com Josefa Maria da Conceição (COSTA, 1999, p. 263). Ela foi referida no registro de batismo do filho Feliz/Felix, nascido em 1862, como Josefa Maria da Fonseca (Caicó, Registros de Batismo, 1862, img. 193). Não temos, porém, indícios suficientes para sugerir que tal sobrenome pudesse refletir o de sua filiação, e assim servir como possível correspondência com a Josefa irmã gêmea de José.

agosto de 1849 na matriz de Acari. Ana era filha de Ignácio Teixeira da Fonseca. Caso tenha sido de fato o Dedé, seria ainda mais um caso de sua relação com a referida parentela.

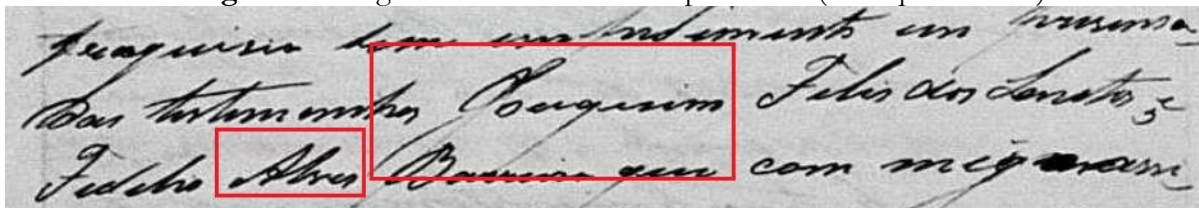
**Imagem 13** - Registro de casamento (destaque nosso)



**Fonte:** Acari (RN). Registros de matrimônios 1835-1853, img. 160.

Ainda sobre este caso, destacamos o registro da página anterior, que expõe a escrita cursiva prévia de um sobrenome “Alves”, assim como um prenome “Joaquim” (útil para nós por razão da inicial “J” também de “José”). Ao compararmos com a evidência acima apresentada, vemos semelhanças que nos levam a compor o nome do Dedé.

**Imagem 14** - Registro de casamento complementar (destaques nossos)



**Fonte:** Acari (RN). Registros de matrimônios 1835-1853, img. 160.

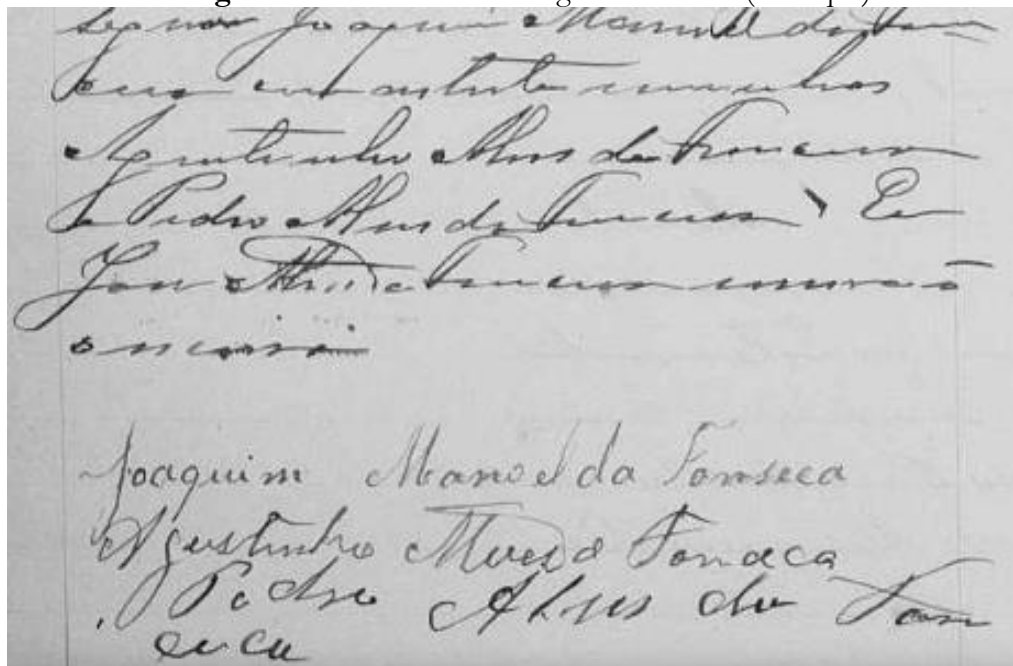
Por outro lado, reconhecemos como última análise uma segunda alternativa à ideia de José Alves da Fonseca como filho de José Francisco Teixeira da Fonseca e Ana Maria dos Reis. Constitui a possibilidade do Dedé haver tido idade suficiente para ser filho do boticário José Alves dos Santos<sup>17</sup>. Visto que até o momento as investigações não nos permitem realizar afirmações mais sólidas neste sentido, decidimos assim manter tal hipótese como secundária, comparada à principal que

<sup>17</sup> Não conseguimos confirmar se seu nome corresponde ao de José Álvares dos Santos, casado com Antonia Maria de Jesus e filho do tenente Joaquim Lourenço Rosa (1756-). Joaquim era filho do capitão português João Gualberto Rosa (1719-1799), contemporâneo de Domingos Álvares dos Santos na região do Seridó, com quem chegou a compartilhar relações de terras no que diz respeito a uso e vizinhança (MEDEIROS FILHO, 1981, p. 316). Notamos que posteriormente suas descendências parecem ter mantido proximidade. Foi o caso do capitão João Gualberto Rosa Júnior (1755-1808), casado com a filha de Domingos, Rosa Maria do Círio. Também, o casamento de João Teixeira da Fonseca com Joana Maria da Silva, filha do mesmo João Gualberto Rosa I (MEDEIROS FILHO, 1981, p. 336).

desenvolvemos, a qual culmina na certidão de batismo de 1827. Percebemos, porém, mesmo em uma observação superficial carente de maior desenvolvimento, que ela também transita por um sobrenome “Alves dos Santos” com potencial de ligação com o tronco aqui explorado.

Diante da falta de subsídios, não conseguimos também avançar na filiação de mais dois outros casos. O primeiro deles, de Joaquim Manuel da Fonseca, nascido por volta da década de 1830 e pai de Agostinho Alves da Fonseca, este casado com a filha de Dedé, Theodora (Jardim de Seridó, Registros de Nascimento, 1890, img. 155). O segundo sendo Pedro Alves de Alcântara, cuja filha teve José Alves da Fonseca como padrinho (Araruna, Registros de Batismo, 1868, img. 52). Verificamos apenas que, para além de tal balizamento cronológico, foram pessoas próximas, com assinaturas compartilhadas em meio aos registros do tabelionato.

**Imagem 15** - Assinaturas em registro de óbito (destaque)



**Fonte:** Santa Cruz (RN). Registros de óbito 1909, img. 522.

O que nos parece claro, são os variados arranjos familiares estabelecidos que se mostram direta ou indiretamente conectados, o que nos aponta senão a origens, espaços de convivência comuns e múltiplas redes de solidariedade que certamente eram estabelecidas. Tais ligações genealógicas sugeridas nos apontam sobre o Dedé bases parentais solidamente ramificadas no Seridó, que proporcionavam um amplo leque em potencial de relações, fator crucial em meio a um contexto atravessado pela coordenação de ação das parentelas em grupo, exercendo influência sobre uma região e sua latitude de ação (QUEIROZ, 1976, p. 202). Em uma perspectiva mais ampla, tratar do valor

atribuído à associação parental enquanto uma ordem social própria, base de uma sociedade alicerçada no patriarcalismo e também na íntima da detenção de funções enquanto grupo econômico produtor e de mando, é transitar por arquétipos persistentes desde o período colonial (DUARTE, 1997, p. 68-71). Localmente, também corresponde a um panorama no qual as transformações políticas e sócio-econômicas levaram o Rio Grande do Norte à formação de oligarquias entre 1889 e 1895, processo acompanhado de negociações, indefinições e conflitos emergentes (LINDOSO, 1992, p. 19). Contexto este que reflete diretamente os eventos aqui previamente abordados sobre o Dedé, colocando em questão paradigmas estabelecidos localmente. Visto que, em última observação, bases sólidas de longa data, inclusive familiares, poderiam ser ferramentas de capital social e simbólico, enquanto agregado de recursos em potenciais proporcionados pelo pertencimento a um determinado grupo (BOURDIEU, 1986).

### **Conclusão**

Preencher a lacuna representada pela ausência da filiação de José Alves da Fonseca configura passo importante para um entendimento mais amplo das práticas coronelistas, no que se trata de um alicerce central da legitimação de suas redes de influência. Mesmo que, em nosso caso, o personagem analisado esteja posicionado em algum nível enquanto um potentado local deste tipo ou alguém envolvido diretamente neste horizonte de eventos. A posse de um nome cristalizado nas redes de compadrio transgeracionais de sua região mostra-se uma chave de análise base para ambas, historiografia e genealogia, dedicadas às ferramentas de legitimidade apropriadas por elites agrárias oitocentistas.

A investigação aqui construída serve como exemplo prático da reconfiguração das balanças de poder locais, reverberante entre os vieses político, social e econômico. Esclarecer o panorama pós-Proclamação, para espaços como as vilas que faziam parte do Seridó, esmiuçando flutuações de alianças e discordâncias entre autoridades locais nos traz a possibilidade de explorar as raízes destes agentes e em que sistemas de dependência e redes de lealdade se alicerçavam.

Contribuir com a expansão da árvore genealógica de uma das parentelas envolvidas no processo de povoação do Seridó, promove também um esclarecimento dos deslocamentos e barreiras étnicas, sociais e patrimoniais que eram forçosamente embutidas no jogo social destes espaços. Podemos afirmar com alguma precisão que tratavam-se de movimentos com consequências práticas

para diferentes coletividades que passavam a estar envolvidas, que por sua vez também tensionavam por meios de resistência e reorganização de seus cotidianos. Também, estaríamos aqui reconstruindo a genealogia de uma postura patrimonialista que aglutinava indivíduos de condição próxima, que permaneceu assumindo diferentes facetas ao longo do tempo. Os ecos destes processos e práticas acabaram por englobar sujeitos como o velho Dedé e o jogo social de seu tempo, que prezava pela manutenção de vínculos estruturais fluidos entre o público e privado, com ligações ainda associáveis a um status fundacional de sua parentela. Aspecto que aqui prezamos esforço em identificar e mensurar.

### Referências bibliográficas

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **Cartórios na Cena Política**. Dados Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, 1982.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: RICHARDSON, John G. **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. New York: Greenwood Press, 1986. p. 241-258.

BRITO, Sócrates Quintino da Fonsêca. **A rebelião de Joaquim Pinto Madeira: Fatores Políticos e Sociais**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1979.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual**. Rio de Janeiro: Dados, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem e Teatro das sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COSTA, Sinval. **Os Álvares do Seridó e Suas Ramificações**. Recife: Ed. do Autor, 1999.

DANTAS, José Adelino. **Homens e Fatos do Seridó Antigo**. Natal: 1962.

DUARTE, Nestor. **A Ordem Privada e a Organização Política Nacional**. Brasília: Ministério da Justiça, 1997.

FONSECA NETO, Francisco Alves da. **Fortes no foro e no desaforo? Autoridades locais e republicanos nos periódicos pós-Proclamação: Santa Cruz-RN (1889-1902)**. Revista Temporalidades UFMG, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, 2024.

LINDOSO, José Antonio Spinelli. **Da oligarquia Maranhão à política do Seridó; O Rio Grande do Norte na Velha República**. Natal: CCHLA, 1992.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas Famílias do Seridó**. Brasília: 1981.

NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império: Nabuco de Araújo: sua vida, suas opiniões, sua**

época. Rio de Janeiro: Garnier, T. I, 1897.

OLIVEIRA, Guarino Alves. **Claras figuras do Passado. Genealogia e história da família Furtado de Mendonça e Meneses.** Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, t. XCIV, p. 44-87, 1980.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O Silêncio dos vencedores. Genealogia, classe dominante, e estado do Paraná.** Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias, 1889-1943. A Bahia na Primeira República.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios.** São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

#### Fontes digitais

**INVENTÁRIO do padre Manoel Teixeira da Fonseca.** Registro de indexação disponível em FamilySearch, porém documento não acessível para consulta direta. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/tree/person/details/PQLS-YG1> . Acesso em: 27. nov. 2025.

PINTO, Isabel. **TENENTE CORONEL IVO ABDIAS FURTADO DE MENDONÇA E MENEZES.** Blog Genealogia Sertaneja, 1 ago. 2015. Disponível em: <https://genealogiasertaneja.blogspot.com/2015/08/tenente-coronel-ivo-abdias-furtado-de.html>. Acesso em: 24. nov. 2025.

#### Fontes jornalísticas

**A REPÚBLICA, 13 de novembro de 1889.** Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://tinyurl.com/a-rep-13-11-1889>. Acesso em: 19 nov. 2025.

**A REPÚBLICA, 16 de fevereiro de 1890.** Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://tinyurl.com/a-rep-16-02-1890>. Acesso em: 19 nov. 2025.

**A REPÚBLICA, 25 de março de 1893.** Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://tinyurl.com/a-rep-25-03-1893>. Acesso em: 19 nov. 2025.

**BRADO CONSERVADOR, 05 de abril de 1878.** Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://tinyurl.com/brado-05-04-1878>. Acesso em: 19 nov. 2025.

**O POVO, 08 de novembro de 1889.** Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://tinyurl.com/o-povo-08-11-1889>. Acesso em: 19 nov. 2025.

**RIO GRANDE DO NORTE, 26 de fevereiro de 1893.** Biblioteca Nacional. Reprodução fornecida pela instituição ao autor por correio eletrônico.

### Fontes paroquiais

- ARARUNA (PB). Registro de batismo de Florência. **Batismos Ago-1867-Out-1868**, img. 52, 1868.
- CAICÓ (RN). Registro de batismo de Feliz. **Batismos Jul-1856, Dez-1862**, img. 193, 1862.
- JARDIM DO SERIDÓ (RN). Registro de nascimento de João Alves da Fonseca. **Nascimentos Jan-1889, Jan-1891**, img. 155, 1890.
- NOVA CRUZ (RN). Registro de casamento de Manoel Alves da Fonseca e Laurinda Maria da Conceição. **Matrimônios Nov-1876**, img. 411, 1876.
- PARÓQUIA DE SANT'ANA (Caicó-RN). Registro de batismo de Domingos. **Batismos 1835, Jan-1840**, img. 73, 1830.
- PARÓQUIA DE SANT'ANA (Caicó-RN). Registro de batismo de Estevão. **Batismos 1825, Jun-1831**, img. 245, 1830.
- PARÓQUIA DE SANT'ANA (Caicó-RN). Registro de batismo de João. **Batismos Abr-1851, Dez-1853**, img. 172, 1855.
- PARÓQUIA DE SANT'ANA (Caicó-RN). Registro de batismo de José e Josefa. **Batismos 1825, Jun-1831**, img. 92, 1827.
- PARÓQUIA DE SANT'ANA (Caicó-RN). Registro de batismo de Manoel. **Batismos 1825, Jun-1831**, img. 24, 1825.
- PARÓQUIA DE SANT'ANA (Caicó-RN). Registro de batismo de Prudêncio. **Batismos Dez-1843, Dez-1849**, img. 201, 1849.
- PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (Jardim do Seridó-RN). Registro de batismo de Rosária. **Batismos 1856, Jan-1866**, img. 106, 1859.
- PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (Jardim do Seridó-RN). Registro de batismo de Theodora. **Batismos 1868, Out-1896**, img. 138, 1860.
- PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (Jardim do Seridó-RN). Registros de matrimônio. **Matrimônios 1857-Jan-1885**, img. 3, 1857.
- PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA GUIA (Acari-RN). Registro de matrimônio de Sebastião Gomes e Ana Teixeira. **Matrimônios 1835-Mai-1853**, img. 160, 1849.
- PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA GUIA (Acari-RN). Registro de matrimônio de Trajano Barroso e Maria Rosa. **Matrimônios 1835-Mai-1853**, img. 160, 1849.
- SANTA CRUZ (RN). Registro de nascimento de Joaquim Januário. **Nascimentos Jan-1889, Out 1906**, img. 153, 1894.

SANTA CRUZ (RN). Registro de óbito de Gertrudes Maria de Jesus. **Óbitos 1889-1933**, img. 522, 12 abr. 1909.